

DEMOCRACIA E SOCIEDADE CIVIL NA DÉCADA DE 1970:¹ UMA ANÁLISE DA ELABORAÇÃO DE INTELLECTUAIS MARXISTAS ACADÊMICOS

Luiz Fernando da SILVA²

- **RESUMO:** Este artigo discute o desenvolvimento dos conceitos democracia e sociedade civil, no Brasil dos anos 70. Defende a premissa de que seu início foi fortemente marcado por intelectuais acadêmicos de matriz marxista. Aponta que foi possível desenvolverem-se esses conceitos por uma vertente da dependência estrutural e da concepção de Estado burocrático-autoritário.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Marxismo; dependência estrutural; estado burocrático-autoritário; sociedade civil e democracia.

Introdução

Democracia e sociedade civil tornaram-se palavras-chave entre muitos intelectuais brasileiros, principalmente após a vitória eleitoral emedebista, em 1974. Esses temas, ao se interligarem, possibilitaram problematizar a restrita proposta de “distensão política”, iniciada na-

1 Este artigo segue, em suas principais linhas, o capítulo IV da dissertação de Mestrado, intitulada *Pensamento social brasileiro, entre 1960 e 1980*. Trajeto de um grupo de intelectuais marxistas acadêmicos, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UNESP – Araraquara, em outubro de 1995. Na dissertação, analisamos o movimento de elaboração teórica de um grupo de intelectuais, composto por Fernando Henrique Cardoso, Francisco Corrêa Weffort, José Arthur Giannotti, Paul Singer e Octavio Ianni. Todos integrantes do antigo grupo d'O Capital (1958-1964) e, a partir de 1969, membros fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Neste artigo, em razão do que nos propomos, restringimos a análise em torno de Cardoso, Weffort e Ianni.

2 Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Arte, Arquitetura e Comunicação – UNESP – 17033-360 – Bauru – SP.

quele ano pelo governo Geisel, colocando em questão a centralização política e institucional imposta ao país, a partir do golpe civil-militar (1964). Por outro lado, permitiram visualizar a sociedade como território no qual poderiam surgir forças sociais capazes de se oporem ao regime político. Essa perspectiva teórica e política, por sua vez, iniciava uma crítica aos temas até então centrais no pensamento social brasileiro, como Estado, desenvolvimento econômico, dependência, entre outros. A crença em um Estado agente da "formação social", por exemplo, é questionada e a "sociedade é chamada a se autoconstituir pela via democrática" (Pécaut, 1990, p.192). Em outras palavras, "queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente"; desta maneira, "se não existisse, precisaríamos inventá-la" (Weffort, 1984, p.95).

Os conceitos de democracia e sociedade civil ligaram-se, portanto, às lutas de resistência política ao regime militar e, também, ao reequacionamento teórico de muitos intelectuais brasileiros voltados para a vida pública concreta, quando se tornam "sujeitos políticos", galvanizando e conferindo sentido ao discurso e à prática oposicionista, principalmente por meio do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A década de 1970 traz à cena uma intelectualidade que estava desiludida com os "mitos unificadores", como nação, proletariado, povo, revolução. O golpe civil-militar de 1964 e, posteriormente, o Ato Institucional nº 5 (1968) abriram um difícil meio-fio, entre o conformismo político e a opção pela luta armada.

Em outros países da América do Sul, ocorreu situação semelhante. Vasconi (1987) observa criticamente que, entre 1960 e 1980, a discussão política nessa parte do continente transitou gradativamente da temática da revolução (oposição, antagonismo, violência) para o tema "democracia". Nesse percurso, o marxismo foi sendo abandonado e criticado por não conseguir focar a esfera autônoma da política e dos movimentos sociais, sem abstrai-los do conflito antagônico entre as classes sociais fundamentais (burguesia e proletariado). As palavras do intelectual facilmente podem ser alinhavadas naquilo que Laclau (1986) observou como as dimensões políticas passando a ser concebidas em um esquema de cooperação e conflito, sendo as formas institucionalizadas como convenientes para solucionar as lutas. A "lógica da contradição" fora substituída pela "lógica do conflito". Nessa perspectiva, os sujeitos políticos definiriam-se com base naquilo por que lutavam, não existindo uma realidade objetiva para suas conformações, ao exemplo das classes sociais predeterminadas. Nesse sentido, a política ganharia uma crescente autonomia em re-

lação ao universo estrutural, ou seja, em relação às classes sociais. A constatação de Vasconi e de Laclau, embora percebida por angulações teóricas diferentes, aproxima-se da realidade brasileira, mas não é suficiente para compreender o intrincado campo no qual se configurou esse problema, no pensamento social brasileiro, especialmente em sua dimensão marxista.

Este artigo procura apreender essa questão a partir de intelectuais brasileiros que, durante muitos anos, mantiveram-se dentro de uma perspectiva marxiana. Para o objetivo que nos interessa nesse texto, vamos destacar as elaborações de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Corrêa Weffort e Octavio Ianni, a fim de verificar as oscilações e tensões existentes nesse deslocamento. Esses intelectuais, basicamente Cardoso e Weffort, já no início dos anos 70 expressaram nitidamente essa discussão, operando um deslocamento temático e teórico da discussão estrutural que realizavam nos anos 60. Ao realizar esse deslocamento, estiveram envolvidos por três mediações fundamentais, construídas a partir dos anos 60: a) no plano sociológico, a discussão sobre a dependência estrutural e a concepção de Estado burocrático-autoritário; b) no plano epistemológico, o combate ao estrutural-funcionalismo e ao althusserianismo; c) no plano social, o crescimento da classe média e, especialmente, seus intelectuais (os “formadores de opinião”, como diria Cardoso). No presente trabalho, abordaremos³ a relação da dependência estrutural com a discussão sobre sociedade civil e democracia, procurando evidenciar também a tensão e as diferenças existentes entre esses intelectuais, principalmente com Ianni, no transcorrer dos anos 70 e início dos 80.

Estado burocrático-autoritário e dependência estrutural

A caracterização do regime político brasileiro como autoritário ou fascista foi um divisor de águas, na década de 1970, entre setores intelectuais e políticos. Tal definição envolvia posturas diferenciadas no plano da prática política, como também distintas análises sobre o capitalismo no Brasil, seu modelo econômico, suas possibilidades e sua expressão política.

3 Para uma visão global das três hipóteses levantadas, remetemos o leitor para nossa dissertação

Em ensaio escrito em 1972, Cardoso observava que, no governo Médici (1969-1974), havia se encerrado a face liberal conservadora ainda presente no período Castello Branco. A cassação de Juscelino Kubitschek, em 1965, quebrara a aliança com lideranças conservadoras, afirmando uma tendência propriamente militarista. Neste sentido, “o integralismo caboclo e o autoritarismo burocrático reencontraram-se e puseram em debandada os ímpetus democrático-liberalizantes-juridicistas da outra face do governo Castello” (Cardoso, 1975, p. 199). A capacidade decisória passara para o automatismo do sistema, compreendido como o aparato político-administrativo, em torno de altos funcionários, do Serviço Nacional de Informações (SNI), da direção dos órgãos de censura e de repressão política etc. Todos, direta ou indiretamente, dependentes de órgãos internos das Forças Armadas. Esta seria a consolidação do regime autoritário a que se referia o intelectual. A relação entre a ordem política e a sociedade, por sua vez, fora preenchida por meio de “formas simbólicas e ritualizadas de adesão” e pela política que a “tecnocracia” estabelecia. Entre o Estado e a sociedade estava havendo uma “nova reordenação”, na qual os setores empresariais nacionais e estrangeiros articulavam-se com a burocracia do Estado. Neste sentido, o sistema político brasileiro poderia ser representado como anéis que se cruzariam entre as estruturas burocráticas pública e privada. Os setores da burocracia das empresas públicas poderiam ser captados pelo sistema de interesse das empresas multinacionais, o mesmo ocorrendo com diversos setores do Estado, como ministérios, secretarias e grupos executivos. Em outras palavras, os interesses de setores da sociedade civil expressavam-se no Estado pela “mediação das organizações burocráticas”.

O regime autoritário burocrático estaria associado à nova dinâmica do sistema produtivo no país. Cardoso formulou uma perspectiva analítica próxima de Ianni e Weffort, em relação ao caráter da “dependência estrutural”,⁴ associada ao final do ciclo populista, e coerente

4 Uma definição precisa desse conceito, que norteou as análises de Cardoso, Weffort e Ianni, entre outros, encontra-se em uma citação do próprio Cardoso: “A ‘dependência estrutural’, tal como a concebemos, se distingue do conceito de ‘dependência externa’ utilizado pelos economistas e da idéia que existe um ‘setor estrangeiro’ nas economias subdesenvolvidas ... Entretanto, essa diferenciação parece modificar-se quando a economia interna se internacionaliza, isto é, quando passa a operar *estruturalmente* vinculada ao modo internacional de produção industrial-capitalista, adotando suas técnicas produtivas e mantendo relações de controle acionário nacional e externo” (Cardoso, 1970, p. 178). Na realidade, esse conceito, a partir dos anos 60, estava se desenvolvendo no debate latino-americano, não sendo correto identificar apenas em um intelectual o surgimento dessa discussão. Basicamente, a idéia de “dependência estrutural” contrapõe-se às primeiras formulações cepalinas e às teses dos partidos comunistas.

com as novas forças econômicas surgidas na economia brasileira. Sua problematização principal, no início da década de 1970, mantinha-se em torno da associação crescente entre empresas estrangeiras e empresas locais, ao lado do impulso do setor estatal na economia, o que estaria possibilitando o desenvolvimento do capitalismo no país. Por um lado, o capitalismo internacional; por outro, setores das Forças Armadas e da tecnocracia estatal que tiveram como marca o anti-populismo. Ao dispensar o termo "ditadura", para definir a situação política brasileira, não estava apenas realizando uma opção de estilo. Enquanto a caracterização "ditatorial" ou fascista abria-se à concepção do Estado enquanto "comitê executivo" das classes dominantes, a caracterização "autoritário e burocrático" possibilitava analisar o Estado como espaço de contradição. O Estado seria o espaço privilegiado, no qual ocorriam as articulações políticas entre as classes e no qual se estruturava primariamente a ideologia: "um feixe objetivo de conexões de interesse" e um "cadinho de ilusões". Ao mesmo tempo que consolidava interesses e moldava políticas específicas que delineavam o perfil dos vencedores, o Estado elaborava também o retrato transfigurado deles. Dizia Cardoso:

eu penso o Estado como forma, como arena, como matriz de valores e last but not least, como organização. Penso-o, pois, como objetivamente contraditório, na medida em que ele sintetiza o interesse particular e a aspiração geral e que nele se degladiam interesses não sempre hegemônicos. Entender o modelo político do Brasil consiste, antes de mais nada, em explicitar a forma estatal, a organização estatal, a ideologia do Estado, as políticas por ele engendradas. Ao fazê-lo, explicitam-se os que mandam, os que são beneficiados, os que são excluídos e os que participam. (Cardoso, 1975, p.196)

Ianni, embora partindo também da noção de dependência estrutural, manteve-se em outra perspectiva sobre o Estado brasileiro, seguindo os pontos-chave de suas análises dos anos 60, especialmente encontradas em *O colapso do populismo no Brasil* (1978). A ditadura militar representava a vitória do "capitalismo dependente" ou "associado"; desta maneira, o poder econômico conquistara o poder político. O Estado fascista, criado em 1964, expressava a vitória de um novo e poderoso bloco de poder, sob o mando dos interesses da burguesia. O autor não tinha meio-termo para designar o que acontecera a partir de 1964. Termos como "ditadura militar", "Estado fascista" e "imperialismo" aparecem e reaparecem continuamente em seu pensamento, procurando evidenciar a relação do Estado brasileiro com a burguesia (nacional e internacional).

Em seus textos, Ianni refere-se à cultura imperialista como maneira de manter a dominação dos países colonizados e dependentes, através dos meios de comunicação de massa e do sistema de ensino. Quando ocorrem lutas para eliminar a dominação externa ou para acabar com a dominação burguesa, a "burguesia imperialista" movimentaria todo seu arsenal técnico-científico e seus cientistas e técnicos para evitar os movimentos de ruptura revolucionária. A preocupação com o imperialismo, enquanto sistema de dominação internacional, dividindo suas áreas de influência pelo mundo, é nítida nesse intelectual. Em relação à América Latina, na qual Ianni concentra sua análise, essa dependência ocorria como forma de dominação com o apoio de setores da burguesia e da classe média locais. Não seria possível perceber o regime político de países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e outros como simplesmente militar, pois a militarização do poder político seria a expressão de um estágio de desenvolvimento das relações de produção ("alienação do proletariado urbano e rural"), nos quadros do capital monopolista.

Em outros termos, quando se acentua a alienação do produtor de mais-valia e se exacerbam as contradições de classes, no contexto do capitalismo monopolista, que também monopoliza o aparelho estatal, torna-se mais urgente e necessária a militarização do poder político. Essa é a situação na qual surge a ilusão de que a burguesia não detém ao menos parte significativa do poder; ou de que as razões militares (luta contra a subversão, expansionismo geopolítico) superam e suprimem as razões da burguesia, nacional ou estrangeira. (Ianni, 1979, p.137)

A "ilusão" de que a burguesia não detém o poder, como Ianni observa na citação acima, é a pedra angular da análise de Cardoso, que já se manifestava em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), mas principalmente em *Modelo político brasileiro e outros ensaios* (1977) e *Autoritarismo e democratização* (1975). Para Ianni, a militarização do poder estatal, no Brasil e em outros países, não significava a autonomia política de uma tecnoburocracia civil e militar.

Em Weffort, encontra-se também uma visão muito próxima à de Ianni sobre a relação capital internacional e nacional. Para ele, o desenvolvimento econômico ocorrido naqueles anos sob o manto ditatorial teria se efetivado com a participação do grande capital internacional. Seria um desenvolvimento associado, no qual os empresários, os políticos governistas e os que se beneficiavam da então ordem política estariam inteiramente conformados com a situação política vigente. Inconformados estariam os intelectuais e os políticos oposicionistas,

em razão da falta de liberdade de expressão, como também em decorrência da arbitrariedade existente nos mecanismos de decisão política. Mas sua atenção recairia principalmente sobre os trabalhadores como oposição ao regime. É possível perceber isso quando Weffort problematiza a idéia de “empresário nacional”, contida no programa do partido oposicionista. O MDB prometia defender o empresariado local, o estado de direito e a distribuição de renda.

Para começar, de que empresariado nacional se trata? A maioria do empresariado nacional já não deu mostras suficientes de que não pretende ser defendido dos grandes capitais internacionais mas, pelo contrário, associar-se com eles? Quem é realmente nacional na economia: os empresários que desde meados dos anos 50 vêm-se associando ou os trabalhadores que, além de se acharem sob um regime de compressão salarial que serve de maneira imediata aos grandes capitais, encontram-se ainda, como consumidores, submetidos às regras de um mercado de tipo monopolista? (Weffort, 1973, p.5)

Existia uma aproximação entre a perspectiva analítica de Ianni e de Weffort, uma vez que enfatizavam o grau de alianças estabelecidas entre a burguesia local e a internacional, por meio do desenvolvimento associado que se colocava em curso. Isso os fazia enfocar as camadas populares, especialmente os trabalhadores, como centrais na oposição ao regime ditatorial. Mas a convergência entre ambos se distanciava logo em seguida. Para Ianni, o Estado era um instrumento monolítico e totalmente avesso às possibilidades de ampliação democrática. Weffort, ao contrário, visualizava uma possibilidade institucional, ressaltando, contudo, a perspectiva dos trabalhadores, a partir da sociedade civil. Referindo-se ao arrocho salarial e à concentração de renda, o intelectual afirmava, por exemplo, que se tratava de “reivindicar instrumentos institucionais que transformem a possibilidade de uma melhor distribuição da riqueza num mecanismo normal da vida social” (Weffort, 1973, p.5). Nesse sentido, aproximava-se de Cardoso e de outros intelectuais do Cebrap, como Paul Singer e José Arthur Giannotti.

Cardoso também considerava que a “burguesia nacional” (agrária, comercial, industrial e financeira) beneficiou-se diretamente da dependência estrutural (Cardoso & Falleto, 1970), além de setores da classe média (intelectuais, burocracia estatal, forças armadas etc.) e, inclusive, os trabalhadores ligados ao setor internacionalizado da economia. No entanto, o processo de cooptação política não seria tão simples, pois envolvia a integração desses interesses. Por outro lado, Cardoso resistia à idéia de um antiimperialismo:

na medida em que progride o processo de internacionalização das nações dependentes, torna-se difícil perceber o processo político em termos de um conflito entre a Nação e a antiNação, sendo esta última concebida como o Poder Externo (internacional) do Imperialismo. A antiNação está dentro da "nação" – por assim dizer – no seio da população local e em diferentes estratos sociais. Acrescente-se que colocar este problema nos termos da existência de uma Nação internamente ocupada não é tarefa fácil: há muito poucos "outros" em termos culturais e nacionais, que representem a presença do "inimigo". (Cardoso, 1972, p.200-1)

Nesse período, ele ressaltava que o processo político mantinha uma certa autonomia em relação ao condicionamento estrutural. Para ele, não caberia apenas caracterizar a nova forma de dependência que estava ocorrendo no país, mas evidenciar também as conjunturas políticas por meio das quais são colocadas e recolocadas as alternativas de grupos, classes e indivíduos, que estariam recriando a história.

não há motivos para crer que o modelo de desenvolvimento econômico adotado subordina, de forma imediata, o regime político, nem tampouco para acreditar, recíproca e simetricamente, que dado um regime político seja possível inferir de suas características as políticas econômicas que serão postas em prática. (Cardoso, 1972, p.56)

Essa situação política, caracterizada por regimes autoritários, como o brasileiro, possibilitava a atuação de núcleos oposicionistas em diversos setores da sociedade, uma vez que esses regimes não eram "mobilizadores de massa", nem se sustentavam por meio de organizações partidárias. Cardoso dizia que os núcleos opositores, na imprensa, nas universidades, nos sindicatos, nas igrejas etc. não eram cortados, e que esse "pluralismo pervertido" não derivava da decisão dos setores que dominavam o aparelho de Estado, visto que eles não dispunham da cumplicidade de toda a máquina estatal, nem da maioria da sociedade.

Se a situação política brasileira colocava em pauta a consolidação de um regime burocrático-autoritário, após 1964, Cardoso e Weffort ressaltavam que esse quadro se encontrava em uma tendência contemporânea de burocratização estatal, até mesmo em países capitalistas adiantados. Nesses países, entretanto, tal tendência constantemente era barrada pela sociedade civil. No Brasil existia um ritmo de crescimento econômico – apesar da dependência, do imperialismo e do latifúndio – que aproximava o caso brasileiro das nações desenvolvidas, o que possibilitaria também formas de controle sobre o Estado, a partir da organização da sociedade civil. Esse é o ponto nodal da compreen-

são de sociedade civil, para esses intelectuais, ou seja, exercer o controle sobre as decisões estatais e suas políticas públicas. Por outro lado, seriam as transformações sociais e econômicas que estavam possibilitando organizar a vida política e institucional brasileira, nos parâmetros das sociedades capitalistas centrais. No cerne dessa discussão encontrava-se a questão da modernização da sociedade brasileira.

Concedendo (só para facilitar o argumento) que o Brasil é um país em transformação econômica e social, a primeira preocupação dos que têm responsabilidade política ... deveria ser: como colocar a vida política (tudo: partidos, regimes, formas de participação, ideologias) em compasso com uma sociedade que se transforma. (Cardoso, 1973a, p.4)

A burocratização do Estado seria inevitável na "sociedade industrial de massas", isto porque esta exigia decisões cada vez mais técnicas do aparelho estatal. No entanto, a burocratização não poderia restringir as decisões políticas aos gabinetes, sem que se soubesse "em nome do que e com que objetivos impulsiona a máquina do Estado", como diria Cardoso. De outro lado, porém, não esquece de salientar o aspecto autoritário existente na tradição brasileira. Existia uma tradição autoritária no Brasil que, historicamente, incapacitou a sociedade para impor controle sobre os governantes e o Estado. A possibilidade de limitar e controlar o poder encontrava-se muito mais na capacidade de "associação autônoma" dos grupos e das classes sociais. Apresenta-se, portanto, a idéia de sociedade civil, democracia e participação política, tendo como parâmetro uma crítica ao Estado como concebido na tradição autoritária brasileira.

Refiro-me à vigência continuada entre nós desta concepção de valorização do Estado (e de uma correspondente desconfiança em relação à sociedade) que é um dos aspectos mais salientes de nossas tradições autoritárias. Neste país de dimensões continentais, a sociedade, por sua vez de enorme heterogeneidade social e regional, apareceu sempre para as elites como essencialmente incapaz de estabelecer a sua própria ordem. Caberia então ao Estado (ou melhor à burocracia do Estado) fazê-lo, assumindo assim a função de educador da sociedade, de criador da consciência nacional e no limite de criador da própria Nação. E o que é pior, uma sociedade que se concebe como incapaz de governar deveria também ser praticamente ingovernável fora dos regimes fortes. (Weffort, 1974a, p.4)

A crítica ao pensamento social brasileiro foi um dos desdobramentos da discussão sobre democracia e sociedade civil. Perderia importância uma conduta iluminada do Estado e de suas elites autoritárias

como forma de resolver os impasses brasileiros. Em seu lugar, outros temas teriam que ser propugnados, como a desigualdade social, as liberdades políticas e os aspectos que afligiam a maioria da população, em seu cotidiano. Neste sentido, os antigos “mitos da oposição”, advindos do período populista, tinham que ser desfeitos. Entre esses mitos, ainda nos anos 70, eram fortemente presentes: a economia estagnada em razão do imperialismo e das oligarquias; a crença no Estado desenvolvimentista e nacionalista; a inviabilidade da participação política da população.

O importante é descansar menos na ação do Estado, conceber menos a relação política como se ela se desse diretamente entre cada grupo da sociedade e o Estado, pensar menos (como se a oposição estivesse no governo) quais são as políticas adequadas para o Estado, e procurar definir os objetivos e as políticas para cada agência social, para cada grupo, para cada problema (como pressionar para obter e melhorar a educação, como e por que criticar o Plano Nacional de Habitação, como cada um destes programas é um problema e qual o limite de solução que o regime e a ordem dada impõem a eles; como, portanto, reivindicar não quer dizer aderir etc.). O importante, por fim, menos do que radicalizar verbalmente e tomar uísque à noite diante do peso morto das condições adversas, é procurar colocar concretamente alternativas e criar forças que permitam uma transformação. (Cardoso, 1973b, p.8)

Cabe ressaltar que estava sendo proposta não apenas uma ação política de denúncia ao regime militar, mas principalmente uma ação na qual a centralidade política desenvolvia-se em torno da reivindicação feita ao Estado, colocando “concretamente alternativas”. Há uma inflexão do pensamento político, descartando-se de grandes temas e propondo a recuperação de questões mais cotidianas.

A dificuldade das oposições estaria justamente em equacionar essa contradição presente no capitalismo brasileiro, entre, de um lado, o desequilíbrio regional, má distribuição de renda, pauperismo rural e urbano e, de outro, bolsões de prosperidade urbano-industrial. As oposições olhavam somente “um lado da moeda”, deduzindo “racionalmente” toda uma estratégia e um conjunto de táticas que levaram ao seu isolamento no conjunto da sociedade. Elas teriam partido da premissa, segundo Cardoso, de que o capitalismo brasileiro não poderia avançar e, por outro lado, dada a fraqueza da sociedade civil (dos grupos sociais, dos sindicatos, das associações profissionais etc.), não haveria chances – como houve nas outras sociedades industriais – para que as massas urbanas se organizassem e atuassem politicamente.

Logo, as transformações da sociedade brasileira deveriam vir do campo (atrasado, espoliado e marginal do desenvolvimento) e dos núcleos políticos exemplares, conscientes da verdade profética da inviabilidade do desenvolvimento. Imbricado a essa visão de estagnação econômica, outro mito seria a idéia de uma sociedade imóvel, completamente apática dos destinos políticos, em decorrência do desenvolvimento econômico no país. Dessa submissão apenas se salvariam as massas espoliadas e marginalizadas,

como se os operários das fábricas, por viverem numa situação mais "adiantada" que a dos "camponeses" pobres ou dos favelados sem emprego (como se as pesquisas não mostrassem todo o tempo que as favelas são também habitadas por trabalhadores!) estivessem contaminados de antemão pela prosperidade, como se os profissionais liberais não tivessem, até por razões puramente ideológicas, como no caso dos magistrados, boas razões para não se alinharem com o governo, como se os homens das novas profissões (os publicitários, os técnicos, os programadores de computador, os cientistas), só por serem num dado momento parte do sistema, não pudessem, noutra momento, voltar-se contra ele. (Cardoso, 1973b, p.8)

A nova perspectiva sobre o Estado brasileiro, por outro ângulo, significou um passo importante na discussão que até então se apresentava no campo oposicionista. Muda a concepção de fundo sobre o Estado, como a presente em Cardoso (1972), Weffort (1966), mas se mantém em Ianni (1965, 1981). Essa análise reequaciona a maneira de visualizar a "política". Esta não poderia ocorrer em torno de um discurso antiimperialista formal, "desligado da prática cotidiana das camadas da população que estão excluídas do jogo do poder" (Cardoso, 1973b, p.8). A prática política devia se nortear pelos problemas concretos da população, reivindicando soluções. O que estava sendo proposto era o estabelecimento de canais de negociação com o Estado, em suas diversas agências, e não uma luta contra o Estado, mesmo que estivesse presente uma forma extremamente centralizadora e autoritária. Desta maneira, ocorre um esforço no sentido de tornar pragmático o pensamento político oposicionista, dentro de uma estreita visão de participação política e de democracia. O distanciamento da perspectiva antiimperialista, revolucionária e de luta de classes possibilita estabelecer uma aproximação com o tema democracia e sociedade civil, eliminando progressivamente a perspectiva de luta de classes.

A sociedade civil e o MDB

A concepção de sociedade civil, entendida como os múltiplos interesses existentes na sociedade, torna-se central a partir de meados dos anos 70. Segundo essa perspectiva, a intelectualidade oposicionista vai pensar e engajar-se no processo de institucionalização política brasileira. Entre os intelectuais cebrapianos, amalgamados nas formulações de Cardoso, tal reflexão ganha impacto teórico e político mais amplo. Além de ampliarem sua influência para setores emedebistas, mediante a formulação do Manual Eleitoral do MDB de 1974 e dos inúmeros debates realizados em diretórios desse partido, também aproximam-se da Igreja Católica. Por meio da abordagem de temas como concentração de renda, trabalhadores e cidadania, autoritarismo e democratização na sociedade civil, os livros *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (1976) e *São Paulo, o povo em movimento* (1980) permitem visualizar a aproximação da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo com os intelectuais cebrapianos. Nesses textos, a preocupação central era assinalar os desdobramentos sociais do tipo de crescimento que havia ocorrido no país, especialmente na capital paulista, como também as formas de organização que estavam assumindo as “massas populares urbanas”, dentro de uma perspectiva analítica já consolidada pelos cebrapianos. Ao lado desses temas, outros como o movimento negro e os problemas das mulheres passam a ter visibilidade para esses intelectuais.

Em decorrência do bloqueio dos canais institucionais de representação política, esses intelectuais percebiam que as “relações interpessoais e as redes informais” eram reforçadas para solucionar os problemas cotidianos da população. Eram as organizações de base que começavam a ser vistas como afirmação dos sentimentos populares mais imediatos. Embora essas formas de organização não fossem suficientes para mudar a situação política e econômica mais geral na sociedade, poderiam desempenhar um papel importante nas mudanças, na medida em que se convertessem em “malhas de uma rede de organização autônoma da população”. O atendimento das necessidades humanas básicas, como o emprego, a alimentação, a educação, a moradia, seria essencial para a instauração de liberdades efetivas. Mas a luta por esse atendimento exigiria a utilização das liberdades possíveis no momento imediato. Estas resultariam da própria prática diária da população, que utilizava as brechas e os canais disponíveis.

Encarar a liberdade do ângulo popular significa hoje estender a prática da confiança na própria atuação, da parte dos grupos de base e organizações

representativas de massa. O percurso de uma democratização substantiva passará pela multiplicação de organizações populares e pelo seu robustecimento. A liberdade deixará assim de ser um mero preceito legal sem eficácia para converter-se em um estilo de convivência baseado no atendimento das necessidades sociais e no respeito às crenças plurais. (Cebrap, 1976, p.155)

“Democracia substantiva” foi um conceito utilizado por Cardoso para estabelecer uma relação entre as liberdades políticas (institucionais) e as igualdades sociais. Nessa perspectiva, deveriam ser aproveitadas todas as possibilidades disponíveis, enquanto organizações de base e, também, os canais políticos existentes em torno do MDB.

Até 1973, prevalecia entre os intelectuais uma postura crítica em relação às possibilidades institucionais e aos partidos “consentidos”. Como Weffort observava, “nenhum dos dois existiu pois a rigor nem ARENA governou nem o MDB se opôs”. Expressando esse ceticismo, o autor ainda afirmava

que as eleições tendiam a servir menos como “mecanismo democrático de seleção de governantes e de programas de governo” que como técnica de manipulação. Deste modo, tão importante como a eleição seria a propaganda em torno dela, e seus resultados apresentados como fonte de legitimação do regime. (1972, p.4)

Naquele período, evidenciava-se claramente a derrota política e militar de diversas organizações revolucionárias. A guerrilha urbana e rural havia se esfacelado. Nesse quadro, começavam a convergir as esquerdas revolucionárias para a implantação de trabalho de base, nos bairros periféricos e nas fábricas. Principalmente a partir de 1974, naqueles setores de esquerda, configuram-se as primeiras propostas de apoio condicional ao MDB. Até aquele período, com exceção do PCB, as organizações revolucionárias criticavam os “partidos consentidos” e pregavam o voto nulo nas eleições. A convergência para a discussão institucional tinha como centralidade a questão das liberdades políticas, muito embora concentrasse seus poucos quadros e energia nos trabalhos de organização de base, por meio de sindicatos, oposições sindicais (metalúrgicos, bancários, jornalistas, professores) e em “aliança implícita” com a Igreja, nos bairros periféricos das médias e grandes cidades, como também em áreas rurais. A situação de derrota, dispersão e contínua perseguição repressiva impossibilitou à esquerda visualizar e analisar concretamente a conjuntura que se abria em meados dos anos 70.

Para Cardoso, dois problemas colocavam-se para mudar a situação política então vigente: por um lado, uma oposição mais ampla do que a existente no quadro partidário de então; por outro, o problema extrapolava os limites mesmo de uma oposição combativa: um programa de reinstitucionalização do país exigiria a criação de "um estado de espírito" e de formas de pressão que permitissem questionar a fundo a base do modelo político existente. E isto dependeria de uma ativa participação dos "formadores de opinião", independentemente de estarem dentro ou fora da política. Seria uma tarefa mais ampla, "cívica", "civil e dos cidadãos".

A discussão apresentava-se articulada entre a igualdade de cidadania política e a igualdade social (realizada por meio da distribuição de renda). O problema residia, portanto, na democracia do ponto de vista econômico e social; seria impraticável sem a participação da maioria da população: os trabalhadores. Isto porque a sociedade vivia sob o peso das grandes organizações burocráticas e das grandes empresas; neste sentido, a democracia seria pluralista ou não existiria.

Significa dizer que ou surgem da sociedade as associações que, articulando os indivíduos dispersos, permitirão contrabalançar o peso dos monopólios e da burocracia ou estas tenderão a um poder ilimitado. (Weffort, 1974a, p.4)

O conceito "sociedade civil" aparece em Weffort com toda a expressão que ganharia no transcorrer dos anos, ou seja, uma contraposição de associações ao Estado e aos monopólios. Essa angulação permitia realizar uma crítica ao antigo MDB, talvez mais central na formulação de Weffort: por que o estado de direito não interessaria também aos trabalhadores? As preocupações dos trabalhadores, segundo o autor, não se restringiam às questões socioeconômicas. O MDB deveria superar essa concepção liberal, para se tornar um partido popular:

Se os partidos da oposição puderem superar esta tradição no sentido de uma concepção mais moderna de democracia, aquela velha e preconceituosa separação entre o pão e a liberdade deixaria certamente de existir. Na realidade, em particular numa situação como a atual, os trabalhadores podem ter tanto interesse na reformulação dos direitos sociais, por exemplo, como os intelectuais em assegurar garantias para a liberdade de expressão, simplesmente porque num caso e noutro o que está em jogo é o trabalho de cada um. Enfim, não se trata apenas de reivindicar uma melhor distribuição de riqueza. De fato, este objetivo não se esgota em si mesmo a não ser que ainda se esteja pensando no modelo de um Estado paternalista. (Weffort, 1974a, p.4)

Direitos sociais e direitos políticos deveriam articular-se na perspectiva de democracia no país. Esta preocupação não existia no partido opositorista, pois o MDB partia de uma forte tradição “liberal jurídicista e individualista”, existente no pensamento social brasileiro, que havia definido o âmbito do debate sobre o restabelecimento do estado de direito no país. Por esta óptica, as formulações presentes historicamente nas formulações jurídico-institucionais do partido opositorista sofriam uma séria crítica. O modelo de Estado não poderia limitar-se, portanto, ao paternalismo como concebido na tradição brasileira, desarticulado de uma sociedade civil na qual os trabalhadores teriam peso importante. Em relação às suas posições de 1973, Weffort realizava uma mudança de atitude em relação ao MDB, pois suas críticas posteriores eram no sentido de “corrigir a rota” desse partido.

Weffort expressou claramente o sentimento de uma parte da intelectualidade sobre a vitória emedebista no pleito de 1974. Para ele, teria ocorrido uma separação entre o “velho” MDB e o “atual”, que possibilitou o “encontro da oposição com o povo”, constituindo esse fato um amplo movimento democrático de alcance nacional. Ainda para ele, naquele período a oposição teve de passar por desesperanças e desilusões, até que aceitasse o caminho de uma luta demorada pela construção da democracia: “uma atmosfera generalizada de desesperança que certamente teria que afetar os poucos políticos da oposição que persistam no combate miúdo de construir pedaço por pedaço um caminho novo” (1974b, p.5). Nessa vitória emedebista, o mais importante seria a “emergência popular”, no sentido de tornar o MDB um “movimento político de massa”:

o que importa sobretudo é compreender que o povo, melhor talvez que os líderes, compreendeu que as suas reivindicações econômicas necessitam de um clima de liberdade para se expressar. Mais do que a vitória do MDB, o fato radicalmente novo deste 15 de novembro consistiu portanto no despertar da população brasileira para o exercício da democracia. Uma boa parte das elites, e não apenas as do oficialismo mas também de alguns setores da oposição que a desejavam mas que terminaram por descreer de que fosse possível, assistiu estupidificada à emergência popular para o exercício da atividade política, quer dizer que para o restabelecimento dos fundamentos de legitimidade da República. É evidente que se trata apenas de um ponto de partida para o objetivo final da restauração democrática. (ibidem, p.5)

Na perspectiva de Cardoso, Weffort e outros intelectuais, 1974 caracterizava-se como a reativação da sociedade civil contra o Estado burocrático-autoritário, por meio do instrumento político disponível

naquele momento. Nesse sentido, aquele ano foi “uma luz no fim do túnel” pelo que significaram as eleições de novembro, mas outros fatos políticos apresentaram-se naquele ano, ligados à sucessão presidencial e à perspectiva da “distensão” política. Ou seja, o início de um lento, gradual e arbitrário processo de democratização do país, baseado em um calendário formulado pelo governo, envolvendo eleições, *habeas-corpus*, fim da censura prévia, anistia, eleições para prefeitos e governadores, que enredou por completo o partido oposicionista em uma visão formalista de democracia. Dentro desse espaço institucional, com uma esperança de retorno às liberdades políticas, a oposição se enquadrou, num ritmo de institucionalização que se sucedeu principalmente nos nomes: distensão (Geisel), abertura (Figueiredo) e transição (Tancredo/Sarney). As lutas sociais, que existiam embrionariamente nos anos 70, emergiram na sociedade no final daquela década, questionando a discussão sobre democracia e apontando outros caminhos.

As lutas e os movimentos sociais, no final dos anos 70

Na história política brasileira, o final dos anos 70 caracterizou-se como a emergência dos movimentos sociais, de base operária e popular, como principais sujeitos políticos na luta contra o regime militar. A partir desse momento, o eixo da discussão democrática toma novo rumo, sendo deslocado das iniciativas exclusivas dos setores burgueses e liberais. A discussão entre 1974 e o final da década passava principalmente pelo eixo de fortalecimento do MDB como alternativa política, reduzindo a discussão sobre democracia à institucionalização do país. A partir daquele momento, esses diversos setores sociais recolocam a discussão sobre democracia com novos conteúdos. O regime político, por sua vez, procurava de todas as maneiras se auto-reformar, por meio de um lento processo de liberalização política sob seu controle.

Em seu *O ABC da classe operária* (1980), Ianni expõe com todas as letras, com base em uma análise sobre a greve dos metalúrgicos do ABC, em 1979, a sua perspectiva marxista. Mantinha sua conceituação de classes sociais e sua caracterização sobre o Estado brasileiro, mas agora enfatizava as lutas sociais, procurando enxergá-las em seu âmago e no terreno concreto em que ocorriam. Certamente, essa angulação não existia anteriormente em seus trabalhos. A atuação dos empresários, enquanto membros da burguesia nacional e

estrangeira, mostrava sua aliança com os aparatos repressivos e um total descompromisso com o processo democrático. Nesse sentido, essa greve estava desmascarando a “conversa da burguesia sobre a questão democrática” (Ianni, 1980, p.24).

A ditadura militar procurava consolidar no país um Estado autoritário, organizado de cima para baixo, no qual não se colocaria espaço para a “classe operária e o campesinato”. Por outro lado, a abertura política objetivava principalmente reconquistar o apoio político da classe média e de setores liberais descontentes. A greve dos metalúrgicos do ABC colocava em xeque justamente essa “farsa da reforma política”, uma vez que forçava a discussão de questões que eram centrais para a maioria da população, como as condições de trabalho, salários, organização sindical independente do Estado etc.

A questão da democracia, em vários dos seus aspectos políticos, econômicos e sociais, é recolocada pela luta da vanguarda da classe operária brasileira, formada na área do ABC, isto é, São Bernardo, Santo André, São Caetano e Diadema; todos municípios da vasta e densa concentração industrial formada na região da Grande São Paulo. O povo brasileiro, em especial os operários do País, por meio dos acontecimentos de abril e maio, mostraram também à burguesia, militares e policiais, qual é a sua proposta para um regime democrático. Trata-se de uma democracia de base popular e não restrita ao âmbito da burguesia e certos setores da classe média. Trata-se de uma democracia na qual o operário e o camponês, todos os trabalhadores da indústria e agricultura, tenham voz e voto, participem do poder político e alarguem a sua participação no produto do próprio trabalho. Um regime político no qual os trabalhadores da cidade e do campo não sejam tratados como súditos, como povo subordinado, conquistado; mas como gente, cidadãos, no mínimo, por agora. (Ianni, 1980, p.68-9)

Ianni centra a análise em uma sociedade civil ativa, basicamente os assalariados e o povo brasileiro, lutando “de baixo para cima” para a conquista das liberdades políticas e da democracia. A arena dessa luta seriam os bairros, as fábricas e os sindicatos, as comunidades eclesiais de base, as comissões de fábrica e oposições sindicais – terreno para o aparecimento de partidos de composição operária, conduzindo ou influenciando os rumos da “revolução democrática”. Ao mesmo tempo em que enfoca a questão da classe, amplia sua visão para a dimensão étnico-racial (negros, brancos, mestiços, índios), de gênero (homens e mulheres), de religião (católicos, protestantes, umbandistas). A heterogeneidade social, para Ianni, não seria um atributo negativo para a consolidação de uma classe social. Perspectiva

analítica diferenciada da que o autor e outros de seu grupo tinham a respeito da composição do proletariado, na década de 1960.

Ianni realiza uma análise muito própria da sociedade civil e da democratização, coerente com sua caracterização do Estado brasileiro de então como fascista. A crise de hegemonia estaria no centro da crise da ditadura, a partir de 1974. Ela estaria perdendo credibilidade, mesmo para setores que a haviam apoiado, como a Igreja Católica, setores da classe média e militares. O povo brasileiro, especialmente a classe operária e o campesinato, "a maioria da sociedade civil", exigiria cotidianamente o fortalecimento dos direitos democráticos, da cidadania, liberdade sindical, partidos políticos livres.

Sob várias formas, devagar ou de repente, o povo recomeçou a tecer os fios da democracia construída de baixo para cima, sem tutelas, a partir da fábrica, fazenda, sindicato, partido. São preciso muitos, operários e camponeses, empregados e funcionários, intelectuais e estudantes, homens e mulheres, negros, mulatos, índios, mestiços, brancos, católicos, protestantes, umbandistas, muitos, assalariados da cidade e do campo, para tecer a manha da democracia. Em todos os lugares caminha a luta pela democracia, pelas liberdades democráticas, pela reconquista de todos os direitos que a ditadura usurpou do povo brasileiro desde 64; e pela conquista de direitos democráticos que nunca a burguesia permitiu que o povo, principalmente a classe operária e o campesinato, conquistasse. (Ianni, 1981, p.225)

No final dos anos 70, a perspectiva principal de Octavio Ianni manteve-se como se desenvolvera dentro de parâmetros anteriores, mas certamente algumas reconsiderações tiveram que ser realizadas em seu pensamento. Seu enfoque debruça-se na dinâmica local das classes sociais, do Estado, da sociedade civil, em torno de suas especificidades. Por outro lado, não havia como negar que ocorreria um intenso desenvolvimento capitalista no país.

Para Weffort, mantinha-se em aberto a crise de hegemonia, que não estava conseguindo ser implementada concretamente, nem enquanto hegemonia popular, nem conservadora. Em sua análise, mantinha-se no quadro político uma "tendência indesejável" de disjunção entre as questões sociais e de liberdade política, que não conseguiam ser articuladas concretamente nas lutas sociais. A relação entre a igualdade econômica e a política foi uma tecla na qual Weffort havia constantemente batido, na primeira metade dos anos 70. No quadro que se abria nos anos 80, entretanto, ele percebia a dificuldade em estabelecer, no plano prático, o que fora defendido teoricamente. Por outro lado, verificava que existia um condicionamento na discussão

da reorganização partidária e institucional. Enquanto isso, havia uma eficácia governamental em implementar sua ação no plano econômico, sem nenhum tipo de controle político.

Enquanto isto, o conjunto do espectro político brasileiro desde a direita, o PDS, até a esquerda, PT, está envolvido por um debate político e não é capaz de arranhar o negócio. A disjuntiva você tem em todos os níveis, há um processo de fragmentação da percepção em todos os níveis. (Weffort, 1980, p.48).

O problema colocava-se em quem estaria definindo o eixo do processo político, uma vez que, se predominasse uma visão conservadora burocrática, dizia Weffort, “nós poderemos continuar discursando sobre socialismo, democracia e guerras de posição”, sem nada conseguir mudar; nesse sentido, “nós vamos ser uma espécie de esquerda democrática dos anos 80”. Para o intelectual, havia a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o Estado e como a sociedade se relacionava internamente, para conseguir compreender os limites do regime político, como também da própria esquerda. Se esses eram problemas em aberto para Weffort, certamente para seu colega Cardoso, que nos anos anteriores conseguira elaborar uma perspectiva de Estado, já estavam relativamente claras.

Em artigo de 1981, Cardoso não via com otimismo as mobilizações sociais em curso no país, revelando sinais de reservas sobre o quadro político brasileiro. Os movimentos sociais viveriam lutas imediatizadas, fragmentadas, que não extrapolavam os níveis reivindicatórios para uma perspectiva política global. Ao contrário do que analisava Weffort, haveria uma busca da hegemonia oligopólicautoritária fundada no Estado. Estaria solidificado o sistema de produção que criou a “sociedade burocratizada e de massas”, sendo o regime político, principalmente a partir de 1974, o regime do grande capital, articulado por seus técnicos e políticos – membros dos múltiplos serviços de informação, funcionários de vários palácios, jornalistas a serviço da comunidade de informação, cúpulas das empresas estatais e dos ministérios. O regime não seria mais militar, nem sequer do Alto Comando. Teria ocorrido, a partir desse período, uma transição importante em seu caráter. O Estado e a burocracia, ainda de acordo com Cardoso, teriam sugado da “sociedade civil” as funções globalizadoras, distorcendo-as. Na medida em que conseguiam cooptar a *Intelligentsia* – via tecnoburocracia e via enfeudamento da Universidade aos programas de desenvolvimento estatais –, conseguiram propor a cara da “nova sociedade”:

A "democracia conservadora", a institucionalização de certas regras de acesso ao poder sem que delas derive o curto-circuito entre política e mudança econômica de base, passa a ser, nessas condições, aspiração de todos (ou quase): os agentes políticos, se não a aceitam na subjetividade, a ela se conformam objetivamente. Mesmo os mais autênticos e puros reformadores e lutadores contra a exploração – ao invés de denunciar e somar força no plano político, recuam para o plano da luta imediata no círculo do cotidiano e abominam, quando não vituperam, a política (e os políticos). No fundo, a regressão para o plano da ética é o reconhecimento tácito de que no aqui e no agora a fragmentação de interesses e de propósitos é de tal monta que tudo que não seja imediato e imediatamente popular aparece como abstrato ou mistificação. Sem o saber e sem o querer, com essa postura também dão vigência à lei inexorável do sistema: cada macaco no seu galho, que da árvore cuida o imperador. (Cardoso, 1981, p.10)

A análise de Cardoso apreendia basicamente a questão da fragmentação como elemento daquela conjuntura. Sem dúvida, existia uma forte presença do "basismo", como forma autônoma de considerar a política, sem os "políticos profissionais" e sem as impurezas do jogo político-institucional, do carreirismo parlamentar, e apenas considerando os movimentos diretamente em conflito. Em outro artigo, Cardoso iria considerar que essa multifacetação seria própria de sociedades industriais de massa. No entanto, apóia-se nela como meio de se recusar a pensar a questão política com base nesses setores, ou pelo menos limitado por essa óptica. Dessa maneira, lança-se definitivamente para o campo democrático-liberal, no qual encontra principal respaldo no PMDB. As suas análises tenderiam a fazer a separação entre partido, movimentos sociais e Estado, ao contrário do que pensavam Weffort, Singer e mesmo Ianni, que consideravam o partido como expressão dos movimentos sociais, operário e popular, que teriam se desenvolvido naqueles anos.

Todos concordavam, entretanto, com a necessidade de mudar o modelo econômico brasileiro. Como observava Singer, desde 1974 o ciclo de desenvolvimento econômico iniciado em 1968 encontrava-se em sua fase de baixa. A retomada do desenvolvimento econômico requeria transformações estruturais que passavam, como em outros períodos, por mudanças de caráter sociopolítico, o que permitiria um novo padrão de acumulação. Tal impasse colocava-se dentro de uma fase recessiva da economia capitalista mundial. No entanto, a solução dessa crise dependeria "do processo político que se desenrola dentro do país".

Se o processo político desembocar numa nova redemocratização que conduza ao poder uma coligação de classes que dê à eliminação da miséria máxima prioridade, é possível que o Brasil possa vir a exemplificar uma nova via de desenvolvimento para outros países em situação similar. (Singer, 1986, p.243)

A questão do país e de seus graves problemas sociais passava pela mudança do modelo político e econômico brasileiro. Mas agora, outro grave determinante entrava em cena, o endividamento externo e as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI), que limitavam ainda mais as “manobras políticas” e as concessões do regime ditatorial. Nesse ponto, os intelectuais analisados estavam em consenso. A questão situava-se, em todo o percurso intelectual, crivada na questão do Estado nacional e em seu redimensionamento interno. Assim foi na década de 1960, como também na de 1970.

Considerações finais

Para Weffort, Cardoso e Ianni ocorrera um distanciamento entre o Estado brasileiro e a sociedade civil, a partir de 1964: a sociedade tinha se tornado inteiramente capitalista. Esses intelectuais colocaram-se abertos e solidários às mobilizações sociais que transbordaram os limites institucionais impostos pelo regime político ao país. No entanto, eles se diferenciam na maneira de encarar a sociedade civil e o Estado, e principalmente em como compreender o processo de transição política que, de fato, se iniciara a partir do final da década de 1970.

Cardoso limitara-se ao campo democrático-liberal, ou seja, sua atenção concentra-se na possibilidade de constituição de um sistema político-partidário que expresse os setores organizados da sociedade civil e possibilite a democratização do Estado. No plano eminentemente teórico e conceitual, ele utilizou uma análise de base marxista, para discutir as classes sociais e o Estado, nos anos 70. No entanto, tais formulações encobriram, talvez, o que foi principal para Cardoso: desarticular a teoria da luta de classes de dentro da conceituação de sociedade civil, como apresentada em Marx. A luta contra a ditadura militar resumia-se à sociedade civil contra uma burocracia autoritária, reinante no Estado. Weffort, por sua vez, ressalta a necessidade de os movimentos sociais conseguirem estabelecer uma hegemonia

política, diante dos diversos setores e classes sociais, expressando-se por meio do plano social e dos movimentos de base. Sua perspectiva não é de confronto de classes, mas sim da busca de uma hegemonia. Ianni, por sua vez, enfoca as classes sociais em sua heterogeneidade, levando em consideração um processo de "revolução democrática", a partir dos de baixo, que inclusive permitiria a constituição de um partido de caráter operário. Continua visualizando a sociedade civil, basicamente constituída por classes sociais e pela luta entre essas, na maioria assalariados (e camadas populares) e burguesia.

Essas três posições permitem sinalizar como se enquadrou a intelectualidade oposicionista de São Paulo, em meio ao processo de transição política, sobretudo a partir dos anos 80. Principalmente com a vitória eleitoral do PMDB em vários governos estaduais, em 1982, ela teria rompido inteiramente uma aliança anterior de compromisso social com as camadas populares, pois muitos intelectuais se "des-solidarizam" com o destino das classes dominadas. Muitos intelectuais estariam desertando de seus postos e assumindo posições governamentais nas secretarias, administrações, em diversos órgãos públicos e privados. Tornaram-se assessores, administradores, políticos, oráculos. Guindados pela expansão capitalista no país, tornaram-se membros afluentes da classe média: cresceram em número, salários e rendas; ganharam *status*; escrevem nos principais jornais. Por essa razão, Oliveira é taxativo, quando diz: "Tornaram-se, pois, solidários com o êxito do sistema capitalista no Brasil" (1985, p.23).

Nesse quadro, a resposta intelectual à Abertura Brasileira foi decepcionante, para Schwarz (1994), pois nada esteve à altura do jogo de cena e dos acertos nos bastidores, aos quais se dedicaram os conservadores dos campos autoritário e democrata. Para ele, uma parte da intelectualidade oposicionista passou pela experiência de governo, pessoalmente ou por amigos interpostos. O aprendizado do realismo e dos segredos de ofício, ou do negócio, poderia valer muito à pedagogia política, mas limitou também a liberdade de escrita, constringida diante dos novos interesses criados, pois afinal de contas envolviam também velhos amigos de oposição. Completando o quadro, o clima do capitalismo na Europa, principalmente em razão de seu Estado de Bem-Estar Social, nos anos 70 e 80, conferiu aval à acomodação ideológica que se seguiu com a intelectualidade brasileira.

A ditadura militar, no Brasil, teve fôlego para manter o processo de transição política até 1985, resguardando os interesses monopólicos e tecnocráticos. O Colégio Eleitoral, no qual disputaram indiretamente a

eleição presidencial Tancredo Neves e Paulo Maluf, significou claramente os limites das forças sociais que emergiram na sociedade: desde as lutas de resistência até as amplas mobilizações populares e operárias. O "realismo político" da maioria das oposições partidárias e civis (PMDB, PDT, PCB, PC do B; OAB, CNBB, ABI), de certa maneira, deu razão às proposições de Cardoso, que defendia um "governo de transição", na figura de Tancredo Neves. Cardoso comparou essa transição política a uma guerra de cerco, no qual a "sociedade civil cercara a fortaleza do Poder"; no entanto, nenhum dos dois lados tinha força para o golpe final (Cardoso, 1985, p.5). "Realismo político" só interessa a quem vê suas posições como hegemônicas, nas lutas políticas.

A concepção de Estado presente nesses intelectuais é que nos parece amalgamar suas diferenças menores. As análises realizadas durante vários anos, problematizando a sociedade brasileira, parecem ter se tornado base de compreensão para todos eles. Com exceção de Ianni, conceitos como imperialismo foram se deslocando para capitalismo dependente; o proletariado, para trabalhadores de maneira mais genérica; luta de classes, para conflito, negociação e lutas sociais. Socialismo, por sua vez, não se contrapunha à democracia, e esta sem adjetivos (nem burguesa, nem proletária), expressando a pluralidade do social. Mas as classes continuaram existindo, a burguesia, o Estado capitalista e a exploração, ao lado certamente de uma vasta miséria decorrente da ação das classes dominantes, mas que não seria superada somente propondo o fim destas.

Cardoso se fez político pelo MDB e senador pelo PMDB; Weffort, secretário-geral do PT; Singer, em 1989, foi secretário do Planejamento da prefeitura petista de Luiza Erundina, em São Paulo; Ianni manteve-se na Universidade. O campo político-partidário poderia ser considerado determinante de campos teóricos? A distinção entre PT e PMDB ou PSDB não foi tão relevante assim, a ponto da fratura intelectual. Esse campo se recompõe nas últimas eleições presidenciais, em 1994, de certa maneira. Giannotti apóia Cardoso e Weffort torna-se ministro da Cultura. Singer e outros intelectuais e sindicalistas ainda tentaram, dentro do PT, realizar um movimento que buscasse uma aliança dos petistas com Cardoso. Ianni talvez seja o único que manteve uma diferenciação de fundo, que não se desfez com o rolar da história, ao menos até meados dos anos 80.

SILVA, L. F. da. Democracy and civil society in the 70's: an analysis made by academic marxists. *Perspectivas (São Paulo)*, v.20/21, p.39-63, 1997/1998.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses the development of the concepts of democracy and civil society in Brazil in the 70's. It states that the first ideas about them were strongly influenced by the academic staff of a marxist live. It also points out that these concepts could be developed due to the idea of structural dependence and the conception of a burocratic and authoritarian state.*
- **KEYWORDS:** *Marxism; structural dependence; authoritarian and burocratic state; civil society and democracy.*

Referências bibliográficas

- CARDOSO, F. H. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 221p.
- _____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1972. 204p.
- _____. Gladiadores de marionetes. *Opinião*, São Paulo, 15 a 22 jan. 1973a, p.4.
- _____. Os mitos da oposição I. *Opinião*, São Paulo, 19 a 26 fev. 1973b, p.8.
- _____. *Autoritarismo e democratização*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 240p.
- _____. *Modelo político brasileiro e outros ensaios*. 3.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977. 211p.
- _____. Os anos Figueiredo. *Novos Estudos CEBRAP*, v.1, n.1, p.4-11, 1981.
- _____. A ventura da mudança. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 mar. 1985. Folhetim, p.5.
- CARDOSO, F. H., FALLETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970. 143p.
- CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP). 1975: *crescimento e pobreza*. Rio de Janeiro: Loyola, 1976.
- _____. *São Paulo, o povo em movimento*. Rio de Janeiro: Loyola, 1982.
- IANNI, O. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 270p. (*Perspectivas do Homem*, 5).
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 223p.
- _____. *Imperialismo e cultura*. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979. 149p.
- _____. *O ABC da classe operária*. São Paulo: Hucitec, 1980. 102p.
- _____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 227p.

- LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1, n.2, p.41-7, 1986.
- OLIVEIRA, F. Aves de arribação: a migração dos intelectuais. *Lua Nova*, v.2, n.3, p.20-6, 1985.
- PÉCAUT, D. *Intelectual e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- SCHWARZ, R. Nunca fomos tão engajados. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 jun. 1994. Mais!, p.5.
- SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, B. (Org.) *História geral da civilização brasileira*, 2.ed. São Paulo: Difel, 1986. v.4, p.211-45.
- VASCONI, T. A. Discusiones sobre la democracia y el socialismo en América del Sur (notas para una discusión). In: CASANOVA, P. G. et al. *Crisis y alternativas revolucionarias en América (I)*. Montevideo: Compañero, 1987. p.39-57.
- WEFFORT, F. C. Estado e massas no Brasil. *Revista da Civilização Brasileira*, v.1, n.7, p.137-58, 1966.
- _____. A vitória inchada da Arena. *Opinião*, São Paulo, n.4, 27 nov. a 4 dez. 1972.
- _____. MDB: elites e massas. *Opinião*, São Paulo, n.14, 1973. p.5.
- _____. A democracia e a questão social. *Opinião*, São Paulo, n.94, ago. 1974a.
- _____. O 15 de novembro: antes e depois. *Opinião*, São Paulo, n.110, nov. 1974b.
- _____. A democracia é possível? (Debate). *Revista de Cultura e Política*, n.2, ago./out. 1980.
- _____. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.